



A IMPLACÁVEL SEDE DE PODER DO IMPÉRIO RUSSO

Nicholas Boer

A intervenção soviética no Afeganistão não pode ser entendida como um fato isolado e circunstancial. É parte do processo de agigantamento do Império Russo que se transformou, em três séculos, do pequeno Estado de Moscou no maior império da história mundial, estendendo-se por um território de 21 milhões de quilômetros quadrados e dominando uma população étnica e culturalmente heterogênea. Neste artigo, Nicolas Boer analisa a gênese e os processos históricos da expansão do imperialismo russo, sob enfoques econômicos, geopolíticos e sociológicos. E revela que o apetite da Rússia pelo Afeganistão tem um século: em 1881, depois de estender seu poder aos "khanatos" de Khiva, Bokhara e Kokand, os russos apenas se detiveram nas fronteiras afegãs porque a Grã-Bretanha já havia consolidado ali a sua zona de influência.

Quem conceba a ambição de submeter a uma análise científica o fenômeno político do imperialismo e de estudar, além da essência, estrutura e funcionamento desse fenômeno, sobretudo a sua gênese terá de acompanhar, forçosamente, os processos históricos do agigantamento do Império Russo, mantido, consolidado, estendido e animado por uma vontade de contínua expansão sob a égide da Estrela Vermelha. A razão é simples: no mundo contemporâneo que, nas outras partes do plano, se caracteriza pela descolonização, só há um império no sentido científico do termo, ou seja, um Estado que mantém, sob o domínio político de uma só nação, povos de diferentes origens étnicas, de diferentes consciências nacionais e de diversas civilizações: a URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Por essa mesma razão, um só imperialismo existente, no sentido científico do termo, ou seja, a política oficial-

mente adotada, ideologicamente justificada, consciente e coerentemente conduzida, visando à incorporação de novos Estados, se não sempre à sua soberania nacional, certamente à sua zona de influência e, o que mais importa, dessa maneira invertendo o equilíbrio do poder mundial em seu favor: o imperialismo soviético, que não é apenas a continuação legítima do imperialismo grão-russo, mas que, a rigor, com ele se confunde.

Estudo intrigante na medida em que demonstra quão reduzida e subalterna é a utilidade de teoria econômica para a análise dos fatores genéticos de um dos imperialismos mais clássicos que a história jamais conheceu — tão clássico e completo que tem sobrevivido mesmo aos tempos modernos, cujos sinais indicativos são a descolonização e a autodeterminação dos povos, por ele mesmo pregados, embora essa teoria, dogmatizada desde Lenin, tenha sido invocada

pelos teóricos soviéticos do marxismo para explicar a gênese de todos os impérios modernos e, entre eles, também o russo. No prefácio que escreveu para a edição russa de seu panfleto *O imperialismo, último estágio de capitalismo*, Lenin confessa que o redigiu numa "língua escrava", no intuito de desviar a atenção dos censores. Por isso, nunca mencionou expressamente a Rússia: "Fui obrigado a citar, como exemplo, o Japão! Mas o leitor atento facilmente substituirá o Japão pela Rússia, e a Coreia pela Finlândia, Polônia, Kurlândia, Ucrânia, Khiva, Bokhara, Estônia e outras regiões que não são povoadas por grão-russos". Do Japão, Lenin fala no contexto das nações capitalistas emergentes, embora as citadas regiões, habitadas por população que não é grã-russa, tenham sido conquistadas antes de haver o capitalismo iniciado a fase da "arrancada" no país dos czares de todas as Rússias.

Não é que a exploração econômica das regiões conquistadas pelos russos não tenha obedecido aos padrões seguidos pelas grandes potências coloniais da Europa Ocidental em seus territórios ultramarinos, no auge do que a história designa como a "era do imperialismo". O traço principal desta era aplica-se ao Império Russo da mesma forma como aos outros impérios coloniais: a indústria metropolitana é abastecida de matérias-primas provenientes das colônias. A maior parte dos cereais sempre veio de regiões cuja população, em sua maioria, não era russa, mas ucraniana ou tártara. Outro importante produto agrícola, a beterraba, em que se baseou, no fim do século passado, a indústria de açúcar do Império, passou a ser cultivado a oeste de Kiev, por camponeses não-russos, mas ucranianos. No começo des-

te século, o Império transformou-se em grande produtor de algodão, provindo das possessões conquistadas em meados do século XIX, na Ásia Central. O regime czarista, da mesma forma que as autoridades britânicas no Egito, encorajava os camponeses do Turquestão a concentrar atividades na produção de algodão. Os objetivos e métodos eram idênticos: abastecer a indústria de têxteis da metrópole com um volume largo e seguro das matérias-primas necessárias. Em vésperas da Primeira Guerra Mundial, a região de Moscou recebia da Ásia Central mais da metade do algodão cru de que necessitava a sua indústria.

Da mesma forma, a riqueza mineral do Império encontrava-se no subsolo das áreas povoadas por não-russos. As minas de ferro da região do Ural, habitada por tártaros e outros povos primitivos, foram desenvolvidas no século XVIII, quando a Rússia se tornou um dos maiores exportadores de ferro do mundo. Na segunda metade do século XIX, as minas do Ural, por falta de comunicações e de suprimento adequado de mão-de-obra, cederam rapidamente lugar às da Polônia e da Ucrânia, enquanto a Ucrânia Oriental (a bacia do Rio Donetz) se tornava a fonte principal de carvão.

No fim do século passado, iniciou-se, em grande escala, a exploração de petróleo na península de Baku, na área do Mar Cáspio, povoada pelos turcos azeri e por considerável minoria armênia. Este é, aliás, mais um ponto para o qual convergem o antigo colonialismo ocidental e o ainda válido imperialismo russo, pois, nos territórios do Islão esse continente intermediário, partilhado, em zonas de influência, pelas potências coloniais européias — mais precisamente ao longo da linha que coincide praticamen-

te com o meridiano 30, que vai do Golfo Pérsico e do Mar Cáspio às montanhas do Ural —, concentram-se as mais ricas fontes de ouro líquido. As regiões do Turquestão e do Cáucaso são, ainda hoje, os centros vitais da economia da Rússia. Quase toda a produção de petróleo e de algodão e a maior parte da produção de minérios da Rússia provêm, ainda hoje, dos territórios muçulmanos. Há quem diga que o centro de energia atômica soviética se acha, também, na Ásia Central.

De qualquer forma, a indústria que surgiu no fim do século passado, de acordo com os padrões coloniais, típicos da "era do imperialismo", concentrou-se nas terras de população grã-russa, especialmente em São Petersburgo, em Moscou e na Rússia Central. O esquema imperialista funcionou também aí, mediante essa divisão de trabalho entre a indústria metropolitana e a matéria-prima barata, fornecida pelas colônias.

A GEOPOLÍTICA

Quem desejar ser fiel aos fatos da história, no entanto, nem assim pode afirmar que residem aí os motivos principais da expansão russa, a qual precedeu a exploração colonialista de base industrial. Efetivamente, na época em que ela se deu, e se excetuarmos a conquista dos territórios da Ásia Central, a Rússia ainda estava longe de sentir plenamente os efeitos da revolução industrial. A economia jamais representou um plano separado e autônomo na vida das nações. Sobretudo na época do mercantilismo, inseparável das instituições e dos padrões da autocracia monárquica, ela era concebida como um elemento importante da segurança nacional, a serviço do aumen-

to e da expansão do próprio poder político. Todavia, desde já, *atrás das razões econômicas da expansão, no fundo subalternas, descobrimos a ação dos imperativos da geopolítica*. A aquisição e manutenção de saídas comerciais diretas para os mares abertos constituiu um dos requisitos básicos do crescimento econômico e, conseqüentemente, político da Rússia. Até os dias de hoje, o comércio exterior russo tem sido preponderantemente transportado por via marítima e foram os portos bálticos, salvo nos períodos do retraimento do poder russo, que sempre forneceram o principal escoamento para os seus produtos em direção ao Exterior. Embora um país, cercado por terra, como a Rússia, possa empenhar-se em intenso comércio interno, supondo que a rede interior de vias de comunicação esteja adequadamente desenvolvida, o que lá não se verifica até os dias de hoje — a autocracia russa, sobretudo no tempo em que só podia contar com os portos árticos, tinha clara idéia de que em hipótese alguma podia renunciar ao controle das saídas para os mares abertos.

A política de expansão que Pedro, o Grande (cuja obsessão, desde a juventude, era a criação de uma grandiosa frota) inaugurou em 1721, obedecia também a razões econômicas, embora, como haveremos de demonstrar, as prevalecentes tenham sido razões políticas, de cunho nitidamente imperialista. Sua atenção dirigia-se antes de tudo para o Báltico.

A saída para os mares abertos, segundo em importância logo depois da do Báltico, estava no Mar Negro. Aqui, porém, a Rússia não só tinha de lutar contra os países ribeirinhos, mas ainda competir com outras grandes potências. Os direitos comerciais obtidos em 1774 no Mar Negro e nas saídas deste mar para o

Mediterrâneo não tinham senão importância nominal, simbólica. Anteriormente, porém, as regiões meridionais da Rússia haviam-se transformado numa das maiores e mais importantes áreas produtoras de cereais. Mais tarde os cereais foram substituídos por produtos da mineração e dos poços petrolíferos. Todo o desenvolvimento da região dependia do comércio com o Mediterrâneo e a autocracia russa concedeu a esses interesses a mais alta prioridade. Eis aí em parte a razão por que um dos "leit-motiv" principais, *uma das grandes constantes da política externa da Rússia*, a partir de Pedro, o Grande, senão de Ivã, o Terrível, veio a ser o que se convencionou chamar de "questão oriental", ou seja, *o enfraquecimento e mesmo a desintegração do Império Otomano por meio do estímulo aos cristãos dos Balcãs e do Cáucaso e aos turcos da Ásia Central* para que se revoltassem contra a Sublime Porta. A garantia mais segura de que interesses estariam bem servidos, na concepção autocrática dos czares russos, parecia ser a incorporação política desses países e povos no Império Russo.

Assim, a secular tentativa russa de assegurar uma saída livre para o Mediterrâneo através dos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos — cuja garantia mais firme seria o estabelecimento de sua soberania naquelas regiões — poder-se-ia explicar também, ao menos parcialmente, por motivos econômicos. De fato, o objetivo russo de anexar as regiões dos estreitos foi reafirmado com ênfase particular em muitas ocasiões. O interesse comercial específico foi obter a liberdade de navegação comercial através dos estreitos. Nas épocas do auge do seu poder, a Rússia realmente conseguiu estabelecer (1799-1805, 1833-1840) ou pe-

lo menos exigir (1945-1955) o direito de co-propriedade com os turcos quanto à posse daquelas passagens. Com esse fim, a Rússia por diversas vezes propôs às potências ocidentais a partilha da Turquia, mas a Grã-Bretanha e a França só em 1915 acabaram por concordar com este plano, o qual, porém, em 1917, foi repellido pelo governo soviético. De qualquer forma só em tempos de tal maneira excepcionais, como foram os da Primeira Guerra Mundial, pôde a Rússia almejar a posse dos estreitos com a exclusão das outras grandes potências e como um objetivo permanente dentro dos quadros da *Real politik*.

OS MARES

O princípio da liberdade de navegação comercial, portanto, foi alvo de numerosos tratados entre todas as potências locais e as grandes potências interessadas, por meio de negociações difíceis e duras. Esse princípio da livre passagem dos navios comerciais de todas as nações, excetuando o tempo da guerra em que a Turquia era beligerante, foi estabelecido na Convenção de Londres, em 1840, estipulada entre a Turquia, a Rússia e as potências européias. No caso de guerra em que a Turquia participasse, a concessão de uso dos estreitos era privilégio do governo turco. Esse princípio foi alterado pela Convenção de Lausanne (1923) que permitiu a passagem de navios de potências neutras, mesmo em tempo de guerra, incluindo, porém, a cláusula de que nenhuma força naval maior do que a maior armada do Mar Negro (ou seja a soviética) podia ser enviada ao Mar Negro, nem mesmo em tempos de paz, por uma potência que não fosse da região. O último acordo internacional, regulamentando o *status*

dos estreitos, foi celebrado em Montreux, no ano de 1936. Esta reafirmou o princípio tradicional da liberdade de passagem de navios comerciais de todas as nações, mas fez uma discriminação entre os vasos de guerra dos Estados litorâneos ou não litorâneos do Mar Negro, concedendo aos primeiros alguns privilégios dos quais os últimos foram excluídos.

Em tempo de paz, os navios de guerra de todos os Estados do Mar Negro, excetuando os porta-aviões e os submarinos, podiam atravessar os estreitos sem restrições, enquanto os Estados regionais somente podiam enviar ao Mar Negro navios de guerra leves, sendo limitado o número das unidades, sua tonelagem e a duração da passagem. Em tempo de guerra, mantendo-se a Turquia neutra, os estreitos seriam fechados para todos os participantes do conflito.

As outras saídas russas para os mares abertos jamais alcançaram a importância dos portos do Mar Báltico e do Mar Negro, embora, após a construção da Ferrovia Transiberiana e o subsequente desenvolvimento da Sibéria Oriental, o porto de Vladivostok tenha visto crescer rapidamente seu valor comercial. A vantagem era que se abria diretamente para o oceano livre, embora a presença do Japão tenha desempenhado papel de equilíbrio, muito semelhante ao papel que se atribuiu à Alemanha e aos Estados Escandinavos no Báltico, e à Turquia, junto com seus poderosos aliados, no Mediterrâneo. Durante curtos períodos (1898-1905, 1945-1955) parecia que a Rússia conseguira estabelecer-se no Mar Amarelo; como contrapeso, equilibrando as posições de predominância do Japão e da China pela aquisição de direitos navais e comerciais nos portos de Port Arthur e Dalny. Mas estas bases, tão dis-

tantes do centro do poder russo, não podiam ser mantidas diante de um Japão determinado e vitorioso (1904-1905) ou de uma China acordada para a consciência de sua vocação de grande potência (1950-1955).

O comércio russo nas costas setentrionais cresceu de intensidade e de importância, juntamente com o progressivo desenvolvimento da Sibéria. Mas está aí também a prova de que os interesses econômicos surgiram e cresceram após as conquistas políticas e em função delas, contrariamente às teses da teoria econômica do imperialismo, segundo as quais as conquistas políticas seriam consequência da expansão do interesse comercial. O comércio russo nos mares nórdicos tinha apenas significação litorânea e doméstica, não figurando entre os objetivos da política externa. Mesmo assim, é de reconhecer que nos períodos de isolamento relativo, anteriores ao século XVIII, os portos do Mar Branco, como Kholmogory e, mais tarde, Arkhangelsk (depois de 1584), constituíam os únicos contatos marítimos diretos com a Europa, como também durante as duas grandes guerras do século XX essas duas antigas saídas do Mar Branco, bem como o porto de Murmansk, livre do gelo (depois de 1915) demonstraram ser vitais para os interesses da economia russa.

O CAMINHO ABERTO

Há quem diga que a colonização da Sibéria, iniciada no século XVI, tenha obedecido sobretudo a interesses econômicos ligados ao comércio de peles. É verdade que esse comércio, do século XVII até o começo do século XIX, teve grande importância, na medida em que 10% da renda do Estado dele advinha.

Mas a procura de peles só muito parcialmente explica a conquista da Sibéria, pois essa procura foi mais consequência do que causa. Aí desempenhou sua força atrativa um elemento da geopolítica, o vácuo geográfico e demográfico, consequentemente o vácuo do poder político. Depois de ter Ivã IV, o Terrível, conquistado Kazã e Astrakhã, tornou-se possível aos russos viajar para a Ásia desconhecida e misteriosa. Mas o fator determinante era o desafio dos tártaros da Sibéria, que atacavam os territórios desses "khanatos", recentemente conquistados pelos russos. Estes contrataram o líder cossaco Yermak Timofeyevich, que, em 1581, com uma pequena companhia, ocupou Sibir, capital de Kachum, o último "khan" dos tártaros da Sibéria. *É um exemplo típico da história dos russos, que sempre consideraram o mais insignificante ataque a suas fronteiras, desde o início muito discutíveis, aliás, como justificação para ocupar todo o território do agressor e incorporá-lo ao seu império.* Uma vez destruído o "khanato" de Kachum, o caminho até o Pacífico estava praticamente aberto, pois as populações nômades e muito esparsas, não constituíam obstáculo real para a penetração e colonização russa, feita aliás por comerciantes e camponeses que fugiam aos rigores feudais e, mais tarde, em consequência de uma política autocrática oficialmente adotada, pelos desterrados que na terra da Sibéria tinham de pagar pelos seus crimes comuns e políticos. De 1828 a 1898, não menos de 700.000 exilados foram para a Sibéria, juntamente com 216.000 voluntários. No fim da autocracia, os exilados certamente superavam em número os comerciantes e fugitivos que na Sibéria haviam encontrado asilo, exatamente como ingleses e outros europeus que,

em busca da liberdade religiosa e do enriquecimento, iniciaram nova vida em terras da América do Norte. Todavia, os norte-americanos foram mais felizes, separados que estavam da Europa pelo oceano. Já a continuidade territorial favorecia a autocracia russa, que dispunha de meios para integrar essa colônia no corpo político do Império.

De qualquer forma, esgotamos todos os motivos econômicos importantes que teriam podido contribuir para a explicação do agigantamento do Império Russo. São irremediavelmente insuficientes para compreendermos como e por que *o Estado russo de Moscou, em três séculos, se transformou no maior império da história mundial*, estendido por um imenso território de 21 milhões de quilômetros quadrados e dominando uma população heterogênea do ponto de vista da etnia e da civilização, cuja maioria (55%) não é russa, nação depositária do poder estatal e imperial.

Uma análise mais aprofundada leva forçosamente à conclusão de que só a geopolítica e a sociologia unidas — entrelaçadas e completando-se mutuamente — podem explicar adequadamente as causas históricas profundas, as verdadeiras molas propulsoras do agigantamento do Império Russo. Fatores geopolíticos, como "situação", "espaço", "fronteira", "vácuo geográfico" e "vácuo de poder", condicionam o fenômeno da capilaridade internacional, ou seja, os processos de fluxo e refluxo, dilatação e retraimento do poder político em determinadas áreas.

A situação da Rússia, tanto européia quanto asiática, oferece fortes indicações de que a história à qual sua terra serve de cenário comportará intensa movimentação, migrações, fluxos e refluxos do poder entre os numerosos grupos ét-

nicos que a povoam. De fato, tanto a parte européia como a asiática da Rússia, quanto a vegetação, divide-se no plano horizontal em três regiões: a tundra, a floresta e a estepe, havendo entre as duas últimas uma zona de transição, floresta-estepe. A riqueza das terras negras da floresta-estepe e da estepe foi o que atraiu o camponês russo. Este sedentário, porém, tinha de enfrentar os nômades da estepe, que permaneceram durante muito tempo superiores a ele. Soloviev, muito no espírito das tradições da antiguidade européia, concebeu "a luta entre a floresta e a estepe" como o *leitmotiv* da história russa: "A Ásia nunca cessará de enviar hordas vorazes, que querem viver à custa da população sedentária: é claro que, na história desta última, um dos fenômenos principais será a luta incessante com os bárbaros da estepe".

Entre os elementos da geografia, o clima também condiciona os fenômenos da política, mesmo os do fluxo e refluxo do poder político. Como se sabe, a Rússia tem um clima continental extremo, com um inverno longo, frio e abundante de neve e com um verão curto, quente e normalmente não muito seco. A dureza do clima aumenta à medida que se vai para o Norte e para o Leste. Nas épocas de transição — na primavera, a fusão da neve e o degelo, do outono, as chuvas — as regiões tornam-se intransitáveis. Eis um fato com que tiveram de contar os estrategos de todos os tempos. Pois os conceitos estratégicos formados em outros países, sob o céu histórico da Rússia, têm de sofrer correção: as guerras de inverno na história russa não constituem exceção, mas devem ser evitadas e só em casos de emergência empreendidas. Embora os próprios russos preferiram os meses do inverno — novem-

bro e dezembro — como os mais convenientes para as grandes movimentações de tropas. A grande ofensiva dos mongóis, de 1237-1238, foi uma campanha de inverno. A catástrofe da *Grande Armée* de Napoleão, em 1812, deu-se nestes meses; a ofensiva de Hitler, em 1941, foi detida diante de Moscou nesta época, como nesta época se deram as decisivas vitórias sobre a Alemanha que as tropas russas alcançaram no inverno de 1944 e 1945.

Como a Rússia européia é um país sem fronteiras naturais e sem claras fronteiras demográficas, assim também a distinção entre a Europa e a Ásia, do ponto de vista da geografia russa, é artificial. E já que no largo e imenso espaço do atual império de 21 milhões de quilômetros quadrados estavam estabelecidos diversos Estados de diversos grupos étnicos e de diversas civilizações, para o Estado russo a "estabilização das fronteiras defensáveis", como objetivo primordial e preferencial, não representava uma questão geográfica ou étnica, mas uma tarefa política que devia ser regada por um acordo com o poder político estabelecido além da fronteira. A estabilização podia ser obtida pela redução ou simples eliminação do poder político do vizinho, graças a uma ação militar (capilaridade internacional), pelo estabelecimento do controle político mediante a preempção dos territórios relativamente despovoados (vácuo geográfico) ou apoiando-se em barreiras naturais, como mares, desertos e montanhas extensas de regiões fronteiriças com pequena importância política (vácuo de poder político). Esse espaço sem fronteiras inspira a sensação de insegurança, o medo constante e existencial de uma invasão por adversários fortes e de razias por povos

nomádicos relativamente desorganizados.

De qualquer forma, quanto maior fosse o sentimento de insegurança dos russos, tanto maior seria sua vontade de expansão, como forma de superação e eliminação dos complexos de inferioridade, de isolamento e de cerco. A verdade é que a Rússia sempre experimentou medo e desconfiança em relação aos seus vizinhos europeus e foi por isso que inspirou sempre medo e desconfiança à Europa inteira. Seu território foi invadido periodicamente por agressões arrasadoras, como as dos tártaros (1238-1239), dos poloneses (1610-1612), dos franceses de Napoleão (1812), dos alemães de Hitler (1941), de forma que a Rússia sempre encontrou justificativa, invocando seus direitos e dever de legítima defesa e de segurança, para a tendência a estender fronteiras, tanto a Ocidente como a Oriente, muito além do território colonizado pelo próprio povo. Daí se compreende a intensa mobilidade do poder do vasto e imenso espaço que ia ser dominado pelos russos. O espaço, como fator da geopolítica, faz com que as partes vitais do país fiquem menos expostas às agressões externas. Outra observação de Ratzel sobre os efeitos psicossociais do espaço também pode ser aplicada à história russa, na medida em que são grandes nações ou têm condições para se transformar em grandes nações os povos que dispõem de um espaço extenso.

FRONTEIRAS VITAIS

A mais antiga fronteira de grande significação política e, durante muito tempo, a mais precária, é a que passa pelo Báltico. Aqui, os predecessores da antiga Rússia dispunham de uma saída comer-

cial e de um litoral reduzido até a derrota infligida a Novgorod por Moscou, no século XV, embora o controle do mar e a maior parte do litoral estivessem em poder de outros povos. Por essa razão, a Rússia travou uma série de guerras com os suecos e os poloneses para obter o controle da região, o que só foi obtido definitivamente em 1721 (Pedro, o Grande). Conseguiu, afinal, abrir uma "janela para a Europa" (São Petersburgo). Reduzindo o poder do outrora perigoso rival sueco, a Rússia acabou por se apoderar da Finlândia, incluída anteriormente na Suécia. Na guerra de 1808-1809, os exércitos russos invadiram a Finlândia. Alexandre I decidiu tornar-se grão-duque da Finlândia, embora permitisse que o seu novo principado mantivesse sistema legal e instituições políticas próprias. Essa união pessoal, contrariamente ao que aconteceu a arranjo semelhante feito com a Polônia, entre 1815 e 1830, funcionou relativamente bem até o fim do século. No mesmo ano de 1809, outros principados básicos, a Curlândia, a Letônia e a Estônia foram incorporados ao império russo.

As fronteiras ocidentais da Rússia não são tão antigas como as do Báltico, mas lhe causaram problemas muito mais sérios, de difícil e prolongada solução. A bem dizer, essas fronteiras, as mais vitais entre todas as outras, sempre refletiram, fiel e exatamente, a posição internacional da Rússia. Foi nessa região que a Rússia enfrentou seus rivais principais e foi aí que travou suas mais importantes batalhas. Só dois séculos depois que surgiu o Estado russo consolidado no século XV, é que se pôde alcançar certa estabilidade neste setor ocidental das fronteiras russas. O desfecho da luta dependia do poder e da sorte tanto da Polônia como da Rússia. Após a invasão

dos tártaros, os povos eslavos desta região foram governados por príncipes lituanos e lituano-poloneses (1386) e, mais tarde, pelo Estado da Polônia. A longa e amarga luta com a Polônia constituiu a preocupação central da política externa russa no século XVI e no começo do século XVII, dramaticamente assinalada pela ocupação de Moscou pelos poloneses (1610-1612). Este acontecimento marcou o auge da influência polonesa. Depois, a Rússia reorganizada registrava uma grande vitória em 1667, consagrada pela paz de Andrus-zovo, que assinalou um momento de transição nas relações russo-polonesas. A partir deste momento, não obstante reveses transitórios, a expansão russa para o Oeste não podia ser mais detida.

As rivalidades do poder foram estimuladas também por racionalizações de tipo religioso e nacional, pois a Polônia se considerava o baluarte do catolicismo romano, enquanto os czares de Moscou se proclamavam herdeiros dos imperadores bizantinos e, como tais, defensores da única e verdadeira fé. A luta entre eles tinha por objetivo a posse da Ucrânia (a Alsácia-Lorena do Leste europeu), o vasto território situado na linha horizontal entre a Bessarábia e o Norte do Cáucaso e, na linha vertical, entre a Rússia Branca, o Mar Negro e a Criméia. O nome — Ucrânia — diz significativamente: fronteira. Suas estepes de esparsa densidade demográfica foram povoadas pelos servos, que escaparam ao jugo dos senhores feudais russos e poloneses. Era a época do princípio *cujus regio eius et religio*, pois, quando sob o domínio polonês, os proprietários de terra e os funcionários eram poloneses e católicos e os camponeses ortodoxos. Mais tarde, ficaram conhecidos como "pequenos russos". Falavam uma língua diferente do

grã-russo. Também suas instituições sociais eram diferentes das da Rússia Central, pois faltavam-lhes as comunas rurais, que constituíam o centro da sociedade campesina russa. Suas tradições culturais e legais eram de tipo ocidental, com preponderante influência polonesa. Uma minoria da população pertencia à Igreja Católica Unida, o catolicismo oriental fundado em 1595 com a finalidade de conquistar russos para a fé polonesa. Todavia, também este fato contribuiu para que seus fiéis se distinguissem tanto dos poloneses quanto dos russos. Mesmo assim, a grande massa dos ucranianos, embora ressentindo o domínio tanto dos russos como dos poloneses, se não tivesse podido conservar sua autonomia teria optado por Moscou.

A unificação da atual Ucrânia, todavia, progrediu lentamente, tendo sido consumada em diversas etapas, que fizeram amadurecer um nacionalismo ucraniano particular. A terra da Ucrânia, fértil, mas despovoada após as invasões tártaras, sobretudo ao longo do Dnieper inferior, produziu um povo, um grupo guerrilheiro de novos colonizadores de origem mista eslava, tártara e circassiana — os cossacos — que organizou um poder político e militar autônomo, graças ao qual tentou desenvolver sua capacidade de negociação entre as maiores potências da região: russos, poloneses e tártaros. Conseqüentemente, esse povo não deixou de constituir um foco de conflito entre a Polônia e a Rússia. O grande líder Bohdan Chmielnick, premido pelos poloneses no Tratado de Pereyaslavi (1664), fez um acordo com o czar de Moscou, graças ao qual esperava manter a autonomia do seu povo. O acordo foi diversamente interpretado: houve quem o considerasse como aliança entre dois Estados, como união pessoal entre duas

monarquias ou como a simples submissão de russos ortodoxos ao seu czar. Na realidade, nos cinquenta anos que se passaram após 1664, os cossacos da margem oriental do Dnieper elegeram como chefe próprio um *hetman*, que reconhecia o czar como soberano, mas seu poder pouco menos era do que o de um governante independente. Durante a guerra entre Pedro, o Grande, e Carlos XII da Suécia, em 1709, o *hetman* Isaac Mazepa apoiou a causa dos suecos. Após a sua vitória, Pedro privou os cossacos de autonomia, de forma que a Ucrânia das margens orientais do Dnieper foi simplesmente incorporada ao Império Russo e governada por funcionários nomeados pelo czar. No fim do século XVIII, com as três partilhas da Polônia (1772, 1793 e 1795), o resto das regiões fronteiriças ucranianas foi também anexado pela Rússia.

NASCE UMA NAÇÃO

Durante o século XVIII, os exércitos russos rechaçaram os tártaros e anexaram a Criméia, cujas estepes vazias foram povoadas com gente vinda de terras antigamente polonesas. No fim daquele século, toda a parte meridional do Império Russo, estava povoada por gente que falava o "pequeno russo". No século XIX, esse dialeto se transformara na língua literária da Ucrânia. Com isso, como só ia acontecer na Europa Oriental, nasceu uma nova nação. Surgiu, portanto, a nação ucraniana, a qual graças à sua língua nacional, tradições culturais e sociais, formou uma consciência nacional diferente da russa e mesmo antagônica a ela. Essa evolução foi fortalecida pelo fato de uma grande comunidade ucraniana que vivia na Galitzia, por ocasião das partilhas da Polônia, ter sido anexada pela Áustria. A Galitzia, onde o

elemento "católico unido" prevalecia sobre o ortodoxo, transformou-se na fortaleza do nacionalismo ucraniano, dirigido tanto contra os poloneses como contra os russos. Viviam ucranianos ainda no norte da Bukovina, separada pela Áustria do Império Otomano em 1775, e na Rutênia, no canto do Nordeste do reino da Hungria. A Galitzia e a Bukovina passaram à Polônia reconstruída após a Primeira Guerra Mundial, e a Rutênia à Checoslováquia. Após a Segunda Guerra Mundial, todo o território ucraniano foi unificado e incorporado à Rússia.

Por meio das três partilhas da Polónia entre os seus três vizinhos sófregos, a Rússia, a Prússia e a Áustria, das quais a última se deu em 1795, os czares russos apoderaram-se não apenas da maior parte da Ucrânia, mas também de uma parte da Rússia Branca (Bielo-Rússia). Aqui, a classe dominante dos proprietários de terras também era polonesa, mas os camponeses falavam o dialeto conhecido como "bielo-russo" ("russo branco"). Sua religião era em parte católica, em parte católica unida e em parte ortodoxa. A Bielo-Rússia era considerada, pela autocracia, como a Ucrânia, como parte da "terra russa", com base no fato de ter pertencido ao Estado de Kiev antes da sua destruição pelos mongóis e pelos lituanos no século XIII. Embora em menor medida que a Ucrânia, também na Bielo-Rússia se formou uma consciência nacional distinta com base na língua e nas tradições e junto com ela um nacionalismo de direito próprio.

Graças às partilhas da Polónia, largas massas deste povo foram incorporadas no Império Russo. Em 1815, após a derrota de Napoleão, a Rússia conseguiu estender ainda mais as suas possessões na Polónia. Os arranjos de 1815, que poderiam ser chamados de quarta partilha da

Polônia, criaram um reino da Polônia, reino mutilado, que deveria entrar em união pessoal com a Rússia, de forma que Alexandre I, czar de todas as Rússias, seria também o rei da Polônia. A solução não se mostrou funcional, pois nenhuma das partes se dispôs a respeitar o direito da outra. Em 1830 os poloneses rebelaram-se contra os russos, mas foram derrotados um ano depois. Após esse infortúnio nacional, perderam a sua própria autonomia. Em 1863 ensaiaram mais uma revolta, também frustrada. Assim, de 1830 até 1917, a maior parte da nação polonesa, no sentido estrito da expressão — ou seja, os católicos de fala polonesa — era constituída de súditos conquistados do czar. Quando da divisão da Polônia, os russos conseguiram estender o seu domínio também à Lituânia, situada no Norte da Bielo-Rússia. Os outros três Estados bálticos foram anexados, como vimos, após a guerra russo-sueca de 1809.

A anexação da Ucrânia colocou a Rússia em contato direto com o Império Otomano e seus vassallos tártaros numa área que, meio milênio antes, constituía o principal caminho de comércio entre Kiev e Bizâncio. Durante pouco mais de um século (1676-1812) a Rússia, numa série de guerras, rechaçou progressivamente os turcos e se estabeleceu como uma potência no Mar Negro. A Criméia, o último dos "khanatos" tártaros da Europa, foi anexada por Catarina II em 1783 e incluída na Ucrânia. Em 1812, graças ao seu avanço no rumo dos Balcãs, dominados pelos otomanos, a Rússia apoderou-se da parte oriental da Moldávia, entre os rios Dniester e Prut, dando a essa província de maioria romena o nome de Bessarábia, desde então pomo de discórdia entre a Romênia e a Rússia. Esses avanços, porém, colocaram em pe-

rigo o próprio equilíbrio de poder europeu, de forma que os interesses das grandes potências européias ocidentais, apoiando os turcos, impediram que os russos conseguissem estender suas fronteiras mais para o Sul balcânico e otomano.

Todavia, nas regiões situadas a leste do Mar Negro, no Cáucaso, na ausência de uma concretização de poder europeu equilibrante e contrabalançador, os georgianos e armênios, mais acentuadamente do que os críticos dos Balcãs, procuram o apoio russo contra o poder muçulmano. O crescimento da influência russa ofereceu-lhes a oportunidade de derrubar o domínio opressor dos turcos e dos persas muçulmanos. Em 1783, o principal reino de Geórgia se colocou sob o protetorado russo e, em 1801, seu rei Jorge XIII pediu que o seu país fosse diretamente anexado. Outros principados georgianos tiveram de ser conquistados pelas armas russas. Em 1813, a Pérsia cedeu à Rússia a metade de Azerbaijão, incluindo a península de Baku. Em 1828, a Pérsia entregou ainda à sua vizinha setentrional a parte da Armênia que dominava. Mas os outros povos autóctones das regiões ocidentais e orientais do Cáucaso resistiram durante um século à Rússia. Os tchechenos só capitularam em 1859 e os circassianos em 1864.

Uma conquista envolve a outra; os interesses da defesa das fronteiras conquistadas e inseguras justificam a sua extensão ulterior. A conquista da Sibéria — provocada sobretudo pela atração do vácuo geográfico e demográfico — também impôs a necessidade de novas fixações e correções das fronteiras. Dessa maneira a expansão russa na Sibéria seguiu dois caminhos, um que a canalizou para o sul, no rumo da Ásia Central, e

ôtro para o leste, o que tinha de provocar necessariamente um choque com a China e o Japão.

O AFGANISTÃO

Na Sibéria, ao sul da colonização russa situavam-se as estepes dos quirguises (hoje conhecidas como Casaquestão). Sobre elas durante os séculos XVIII e XIX se foi estendendo progressivamente a soberania russa. Sua população de boiadeiros nômades organizou-se em "hordas". Ao sul das estepes encontravam-se as áreas povoadas do Turquestão, de civilização agrícola e cultura antiga, centralizadas nos vales do Oxus (Amur-Darya) e Jaxartes (Syr-Darya), e ufanando-se de tão famosas cidades como Samarcanda e Bokhara. As relações entre a Rússia e os governantes dessas regiões foram péssimas. Súditos dos "khans" de Bokhara, Khiva e Kokand invadiram periodicamente territórios russos. Os interesses de comerciantes russos e tártaros do vale do Volga viram-se prejudicados. O amor próprio dos militares russos no comando das regiões sentia-se desafiado. Em 1860, o governo russo decidiu anexar o Turquestão e, numa nota circular enviada em 1864 aos governos europeus, o ministro das Relações Exteriores da Rússia justificava a ação pela necessidade de garantir a segurança das fronteiras russas. Invocou as lições da experiência dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, que mostravam que, quando um Estado civilizado entra em contato com povos bárbaros, é inevitável que o poder civilizador, a fim de proteger os seus súditos e rechaçar as invasões, seja levado a estender incessantemente suas fronteiras.

O argumento — já estamos em plena "era do imperialismo" — foi considerado perfeitamente racional e correto pe-

las grandes potências, já que estava em conformidade com a sua própria prática. Em 1865, os russos tomaram Tashkent, que se tornou a capital dos antigos territórios da Ásia Central. Em 1873, após uma curta campanha militar, os "khanatos" de Khiva e Bokhara foram postos sob o protetorado russo. Em 1876, o "khanato" de Kokand foi incorporado ao Império Russo. Todas essas conquistas foram completadas entre 1881 e 1884, mediante duras lutas contra os turcomanos, cujo país se situava entre o Oxus e as fronteiras cáspias e persas. Mesmo assim, os argumentos do ministro russo a favor das ocupações não passavam de pretextos, pois a Rússia se sentia obrigada a não permitir que o vácuo de poder na Ásia Central fosse preenchido por outra potência, como a Grã-Bretanha, que no fim do século já incluía o Afeganistão fronteiriço na sua zona de influência. De qualquer forma, nos fins do século passado as fronteiras russas alcançavam as formidáveis barreiras da cadeia do Hingu-Kush.

A Rússia, a partir do século XVII, transformou-se numa potência asiática, pois que, por força da colonização da Sibéria, chegou ao rio Amur, no Extremo Oriente. Ao assinar o Tratado de Nerchinski (1689) com a China, fixou as suas fronteiras asiáticas por duas centúrias. No século XIX, porém, a Rússia aproveitando-se das lutas entre a China e as potências ocidentais, como preço da sua "mediação", extorquiu dos chineses, por meio do Tratado de Aigun (1858), o território triangular situado entre os rios Amur e Ussuri, bem como um trecho da costa do Pacífico. Dois anos depois, quando a China foi atacada mais uma vez pela França e pela Grã-Bretanha, a Rússia apoderou-se, graças ao Tratado de Pequim, de novos territórios

entre o rio Ussuri e o oceano, construindo o importante porto de Vladivostok. O Tratado Russo-Japonês de 1875 assegurou à Rússia a posse de todas as Sacalinas em troca da ocupação japonesa do arquipélago das Kurilas. Em 1890 a Rússia obtinha amplas concessões econômicas no norte da China e o controle político sobre o governo de Pequim. A Rússia apoderou-se, sob pretexto de empréstimo, da península de Liaotung, com a base naval de Port Arthur e o porto comercial de Dairen. Não se contentando com isso, o governo russo se propôs incluir a Coreia na sua zona de influência. Em consequência disso, explodiu a guerra russo-japonesa, vencida pelos nipônicos em 1905. No respectivo tratado de paz, a Rússia renunciou à península de Liaotung e à metade das Sacalinas. Mas os dois beligerantes dividiram as suas zonas de influência na Ásia, em detrimento da China e das potências européias. A Mandchúria Meridional e a Coreia foram incluídas na esfera vital do Japão, enquanto a Rússia conquistava a hegemonia sobre a parte setentrional da Mandchúria e sobre a Mongólia, onde o governo russo explorou o desejo dos mongóis de escapar à dominação chinesa a fim de lhes impôr um autêntico protetorado.

A constante busca de novas fronteiras, sempre mais seguras e sempre mais estendidas, como meio de superar o sentimento sincero ou fingido de insegurança e de revide às agressões sofridas, imaginadas ou pressentidas, foi, indiscutivelmente, uma das forças-motrizes, uma das molas propulsoras da dinâmica da expansão imperialista russa.

Nenhum outro imperialismo da história evidenciou tão palpavelmente como o russo-soviético o fenômeno da capilaridade internacional, pois a dinâmica da

sua expansão foi alimentada pelas vicissitudes do poder — seu fluxo e refluxo, dilatação e retração — no vasto espaço atualmente dominado pela Rússia, que se estende dos rios Oder e Neisse ao Oceano Pacífico, das regiões do Ártico às montanhas do Hindu-Kush. O que o imperialismo russo tem em comum com o colonialismo ocidental dos mongóis e mais tarde se alimentou da luta contra o Islã, representado pelo Império Otomano. Mas nenhuma outra força histórica explorou tão consciente e dinamicamente o vácuo de poder criado nas regiões vizinhas como o poder russo, que se agigantou graças à desintegração, também por ele promovida, de quatro outros grandes impérios: Mongol, o Otomano, Russo, Húngaro e o Chinês. A atual tendência, guardando ciumentamente as conquistas do seu império colonial, é preencher o vácuo de poder que se criou no chamado "terceiro mundo" após a desintegração do colonialismo ocidental ou em virtude das crises de desenvolvimento.

A força-motriz da expansão dinâmica implantou-se na história russa, entre 1236 e 1240, quando a primeira organização política no território nacional, o Estado de Kiev, foi destruída pelo príncipe mongol Batu, neto do grande conquistador Genghis Khan. Depois deste infortúnio histórico, os príncipes russos tornaram-se tributários do novo Estado, a "Horda de Ouro", cuja capital fora construída em Saray, na margem do Volga inferior. Os "khans" foram os herdeiros dos conquistadores mongóis, mas seu povo não era mongol, mas sim turco falando uma língua aparentada com a dos turcos. No século XIV, os soberanos tártaros adotaram a religião islâmica. Entrementes, nos séculos XIV e XV, um dos principados russos, o de

Moscou, fortaleceu-se de tal maneira com a ajuda da Igreja Ortodoxa, que conseguiu não apenas sobrepujar os outros principados, mas ainda reafirmar sua independência em relação aos "khans" tártaros. Essa tarefa foi facilitada pelos processos de desintegração que assolaram o campo tártaro, pois a "Horda de Ouro" se dividiu em três Estados, baseados no Kazã, na região do médio Volga, em Astrakã, na embocadura do Volga e na Península da Criméia. O czar de Moscou, Ivan IV, o Terrível (1553-1584), conquistou Kazã em 1552 e Astrakã em 1556. Os tártaros da Criméia, porém, mantiveram seu temível poder por mais dois séculos. Alimentava-lhes a resistência o maior Estado islâmico, o Império Otomano, do qual se tornavam vassallos em 1475. Surgiu, portanto, o conflito inevitável entre a Rússia e o Império Otomano, pois este, instalando sua capital na cidade sagrada da cristandade ortodoxa, Constantinopla, mantinha em seu poder todas as margens do Mar Negro e barrava o acesso de Moscou ao mundo mediterrâneo.

Foi Pedro, o Grande (1689-1725), que teve êxitos iniciais na guerra contra a Criméia e o Império Otomano, mas essa terra tártara só em 1783, no reinado da czarina Catarina II (1762-1796), é que foi definitivamente anexada pela Rússia. De qualquer forma, Pedro, o Grande, é quem percebeu, e definiu primeiro, com grande clareza e exatidão, os rumos da expansão imperial russa. Esta só podia ser realizada à custa de dois outros impérios, cujo poder, na sua época, já se retraía, ou seja: ao Norte, a Suécia, que controlava o Báltico e, ao sul, o Império Otomano, cuja soberania se estendia até as embocaduras dos rios Dniéper e Don, e dessa maneira, barrava o acesso rumo ao Mar de Azov e ao Mar Negro, e,

através deles, ao Mediterrâneo. Pedro, o Grande, em seu testamento político, assim formulou os objetivos da política imperial russa, nos itens VIII e IX:

"Expandir-se, sem cessar, no rumo do Norte ao longo do Báltico, assim como no sul, ao longo do Mar Negro. Aproximar-se o mais possível de Constantinopla e da Índia. Quem ali reinar será o verdadeiro soberano do mundo. Em conseqüência, suscitar guerras contínuas, tanto contra os turcos, como contra a Pérsia; estabelecer núcleos no Mar Negro, apoderar-se pouco a pouco deste mar, como também do Báltico, o que constitui um duplo objetivo necessário para o êxito do projeto..."

O testamento do czar foi religiosamente cumprido, como testemunham as 12 guerras, sem contar as inumeráveis escaramuças de importância menor, que opuseram os dois Impérios, entre a ascensão ao trono de Pedro, o Grande, e a explosão da Primeira Guerra Mundial. Todavia, é oportuno lembrar que o rumo da expansão, desta vez russo-soviética, segue novamente a orientação de Pedro, o Grande, dirigindo-se através da Pérsia e do Golfo Pérsico, que supõe o domínio do mundo árabe, à Índia. Esta terra das riquezas maravilhosas, sonho de todos os imperialismos, do qual se apoderou primeiro a Grã-Bretanha — valendo-se de processos históricos cujo objetivo era contornar o poder islâmico e, dessa maneira, esvaziar as posições de predomínio e arbitragem que exercia, estabelecendo-se entre a Europa e a Ásia — continua a ser o alvo da cobiça expansionista tanto do Império Russo como do Império Chinês, ambos vivendo sob a égide da Estrela Vermelha.

A luta contra o Império Otomano, cujo processo de desintegração lhe valeu o nome de "doente do Bósforo", a qual

entrou na história russa com o nome de "Questão Oriental", teve seis fases principais: o reinado de Pedro, o Grande (1682-1725); o de Ana Ivanovna (1730-1740); o de Catarina II (1762-1796); o de Alexandre I (1801-1825); o de Nicolau I (1825-1855) e o de Alexandre II (1855-1881).

Sob Pedro, o Grande, a Rússia obtém o porto de Azov e a liberdade de navegação no Mar Negro: conquistas que ela perde no mesmo reinado. Sob Ana Ivanovna, consegue instalar-se em Azov. Sob Catarina, a Grande, graças a êxitos militares, fica declarada a independência da Criméia, governada por um "khan" devotado à czarina. A Rússia obtém o direito de proteção sobre a população cristã ortodoxa do Império Otomano e, graças a ela, pode exercer sua influência sobre os Balcãs. Enquanto os povos da Península Balcânica depositam suas esperanças de independência na Rússia, passam progressivamente, em virtude do vácuo de poder que se cria nesta região, à dominação russa. Sob o reinado de Alexandre I, a Rússia contenta-se com a anexação da província de Bessarábia. Sob o governo de Nicolau I, acentua-se a tendência das potências ocidentais, já observada aliás no reinado anterior, para impedir o colapso do Império Otomano. Preocupa-as a rápida dinâmica da expansão russa. Todavia, a Sublime Porta, após a guerra de 1828-1829, reconhece a autonomia das províncias danubianas e cede à Rússia o protetorado da Valáquia e da Moldávia — a futura Romênia — bem como a posse da embocadura do Danúbio. No Cáucaso, a Rússia obtém, em detrimento do poder turco, as fortalezas e dos distritos de Alkhastysk, Akhalkalabir, Anapa e Ptohi. Durante todo o século XIX, os russos continuam a instigar seus correligionários ortodo-

xos a revoltar-se, a fim de provocar o desmembramento do Império Otomano por dentro. Enquanto isso, as potências ocidentais, sobretudo a Grã-Bretanha e a França, são levadas por um duplo motivo: pretendem proteger os povos cristãos contra os turcos por motivos humanitários e apoiam politicamente os turcos, a fim de barrar aos russos o caminho da expansão para o Mediterrâneo.

Assim a guerra da Criméia (1853-1856) redundou na frustração dos planos dos czares, que ambicionavam obter direitos de proteção sobre todos os lugares santos da Palestina. Tal pretensão choca-se com os direitos da França que, desde as *Capitulações* de 1740, exerce o protetorado dos súditos católicos da Turquia e dos santuários cristãos da Terra Santa. Por isso, as potências ocidentais — Grã-Bretanha e Áustria — desta vez intervêm abertamente para restituir o equilíbrio do poder à região. A Turquia recupera os territórios europeus que perdera e a Rússia perde mesmo o protetorado sobre os ortodoxos. Sob o reinado de Alexandre II, a Rússia volta a atacar o arquiinimigo, tanto na Europa como na Ásia, chega a San Stefano às portas de Constantinopla, mas seu avanço é detido pela frota inglesa. Mesmo assim, o Tratado de San Stefano (1878) reconhece a independência dos países balcânicos de religião ortodoxa, como a Sérvia, a Romênia e o Montenegro e cria um novo principado, a Bulgária, que, submetida à influência russa, deveria abranger o vasto território que se estende do Mediterrâneo ao Mar Negro. Com isso não concordam as potências ocidentais, as quais, reunidas com os dois beligerantes no Congresso de Berlim (1878), impõem modificações à paz de San Stefano. O território da Bulgária foi reduzido, o de Montenegro, aumentado: a Turquia

mantém territórios europeus, mas a Rússia recupera as partes perdidas da Bessarábia e as fortalezas de Ardaban e de Kars, no Cáucaso, bem como o porto caucasiano de Batum, no Mar Negro. Foi este o último tratado, que os czares concluíram com o Império Otomano, o qual, porém, reconhecia ao Império Austro-Húngaro zonas de influência na Península Balcânica, pois autorizava a Bósnia e a Herzegovina ao seu protetorado e a exercer tutela sobre o Montenegro.

À medida que a Casa dos Romanov penetrava nos Balcãs, em detrimento do Império Otomano, cujo poder estava em processo inexorável de refluxo, chocava-se inevitavelmente com a Casa dos Habsburgos, cujas tendências expansionistas também convergiam para os Balcãs. O Império multinacional do Danúbio, com a sua expansão balcânica, procurava neutralizar ou contrabalançar as forças étnicas centrífugas que lhe solapavam a coesão e o poder. A Rússia, sempre atenta e preparada para criar um vácuo de poder e explorá-lo, ao longo das suas fronteiras, cada vez mais amplas, alimentava estas forças centrífugas, que haviam de servir diretamente aos interesses expansionistas dos países balcânicos por ela protegidos e, assim, indiretamente, aos seus próprios desígnios imperiais de expansão na Europa Central. Estamos em vésperas da Primeira Guerra Mundial.

O jogo russo nos Balcãs era fácil, era dado pela constelação reinante naquela região, considerada, na época, como o "barril de pólvora" da Europa. Os países da Península Balcânica, até então províncias do Império Otomano, apoiando-se no pan-eslavismo e na ortodoxia — movimentos messiânico-missionários, a serviço dos planos expansionis-

tas russos — e aproveitando-se do enfraquecimento mortal do "doente do Bósforo", alcançaram progressivamente o *status* de Estados independentes e procuraram, como a Sérvia e a Romênia, engrandecer-se ulteriormente à custa do Império Austro-Húngaro, atacado em sua existência pelas forças centrífugas de minorias nacionais. Esses Estados sucessores do Império Otomano permaneceram divididos entre si, como as duas Guerras Balcânicas eloquentemente o demonstram.

A estratégia russa era portanto simples: praticava alternadamente o princípio imperialista do *divide et impera* e o pontificado do congoçamento das suas forças na luta comum contra o Império Otomano ou contra o Império Austro-Húngaro. Essa estratégia jogou, realmente, os países balcânicos nos braços da Rússia, que, forçada pela derrota que sofrera em 1905 na guerra contra o Japão a encerrar mais um período de expansão na Ásia, recomeçava seu avanço europeu, rumo ao Bósforo e ao Adriático, à procura dos mares quentes e projetando-se como a potência tutelar das reivindicações dos países eslavos e ortodoxos.

Ora, o Adriático era o *Mare nostrum*, a "esfera vital" do Império Austro-Húngaro. Também a Sérvia, Estado independente, não seria viável sem acesso ao Adriático, passando pelas províncias da Bósnia e da Herzegovina, habitadas por populações etnicamente aparentadas com a da Sérvia. Esboça-se assim um conflito entre o Império Austro-Húngaro e a Sérvia — apoiada pela Rússia — cujo desfecho determinará o futuro, não apenas dos Balcãs, mas também da Europa Central. O nacionalismo sérvio sonha com a criação de uma grande Sérvia, que reuniria, no mesmo Estado, todos os "eslavos meridionais" (iugoslavos): a

Bósnia e a Herzegovina sob mandato do Império; a Croácia e a Dalmácia sujeitas à soberania do rei da Hungria; os eslovenos incorporados à Áustria; grupos sérvios que, fugindo dos otomanos, haviam encontrado asilo durante o século XVIII na Hungria; o Montenegro e, mesmo, territórios da Macedônia, cobiçada também pela Bulgária.

A realização desses ambiciosos planos do nacionalismo sérvio equivalia à desintegração da monarquia danubiana, peça-chave do equilíbrio europeu. Diante dessa ameaça, o Império Austro-Húngaro, aproveitando-se do início do movimento revolucionário dos "jovens turcos", que determinaria o ulterior enfraquecimento e esfacelamento do Império Otomano, como medida de precaução anexou, em 1908, agora também formalmente, a Bósnia e a Herzegovina. Grande indignação da Sérvia, à qual a Rússia promete apoio. Todavia, a nota diplomática, que tem o tom de um *ultimatum*, que o príncipe Von Buelow, chanceler do Reich, envia a São Petersburgo, alcança o resultado desejado. A Rússia, derrotada pelo Japão, ainda não se recuperara militarmente e não julgou o momento propício para uma prestação de contas. Mas, em 1908, já se projetavam as sombras de 1914.

A revolução na Turquia realmente explodiu: a 27 de abril de 1909, o velho sultão Abdul Hamid II foi deposto. Os jovens revolucionários turcos pretendiam formar um novo Estado, uma potência moderna, de acordo com os padrões ocidentais. O sultão é preso e transportado para Salônica e seu sucessor e irmão, Mohamed V, entrega o governo inteiramente aos "jovens turcos" revolucionários.

Parece ter soado a hora de rechaçar definitivamente os turcos do solo dos

Balcãs. Forma-se, em 1912, a Liga Balcânica, cujo núcleo é a "aliança defensiva e ofensiva" entre a Sérvia e a Bulgária, à qual se associa também a Grécia. O czar de todas as Rússias foi eleito árbitro. Poincaré, primeiro-ministro francês, estava em São Petersburgo, quando se inteirou da formação da Liga Balcânica, que qualificou como "instrumento de guerra". Instrumento que só esperava um pretexto ou oportunidade para se pôr em movimento. A guerra ítalo-turca de 1911, em que a Itália — que já havia ascendido ao concerto dos "seis grandes" europeus e começava a afirmar sua presença imperial no Mediterrâneo, à custa, como o tinham feito a Grã-Bretanha e a França, do Império Otomano — obtém o domínio sobre a Tripolitânia, oferece a oportunidade desejada. A França também insiste — é a hora de atacar, antes que a Turquia revide com a mão livre. O rei Nikita de Montenegro — cujas duas filhas casaram com dois grão-duques russos, um dos quais Nikolai Nikolaievich, comandante-chefe do exército imperial russo — declara guerra ao sultão. A Sérvia, a Bulgária e a Grécia se lhe associam. Estamos na época das guerras balcânicas de 1912-1913.

As tropas turcas, mal equipadas e mal dirigidas, apesar de sua coragem e bravura, foram batidas. Em três semanas, os aliados libertam a Macedônia. A 30 de maio de 1913, pelos preliminares de paz assinados em Londres, o Império Otomano abandonava toda a Turquia europeia aos seus adversários, excetuando um pedaço de terra na Trácia. Mas, no mês de junho do mesmo ano, explode mais uma guerra, a segunda guerra balcânica, desta vez entre os aliados, que se desentendiam na questão da divisão da Macedônia, etnicamente heterogênea. Mas a Bulgária, prejudicada quando da

partilha da presa, sucumbe agora diante da superioridade militar da Sérvia e da Grécia, às quais se associa não apenas a Romênia desejosa de anexar Dobrudia, mas também a Turquia, que, aproveitando a oportunidade de uma "revanche", reconquista sua fortaleza de Adrianópolis.

O Tratado de Paz de Bucareste, a 10 de agosto de 1913, consagra essa situação, deixando, porém, em suspenso, a questão das fronteiras do novo Estado da Albânia, as quais escondem o núcleo de futuros litígios, entre a Sérvia e a Albânia, por um lado, e entre a Sérvia e a Grécia, por outro. Mas o perigo real, nesta nova crise balcânica, é o agravamento da tensão entre a Rússia e o Império Austro-Húngaro, a qual ameaça provocar uma guerra entre as duas potências imperiais. E este não tardaria a transformar-se numa guerra européia. Mais uma vez porém, o "sistema europeu" conseguiu reafirmar-se e salvar-se. A arbitragem do concerto das grandes potências ainda funcionou, embora as duas potências tenham chegado a mobilizar algumas divisões.

No mês de novembro de 1912, o Império Austro-Húngaro, ameaçado com a guerra, consegue impedir que as fronteiras da Sérvia, apoiada pela Rússia, fossem estendidas até o Adriático. A Alemanha reconheceu que se tratava de uma questão "vital" para a monarquia danubiana. Também seu parceiro da Tríplice Aliança, a Itália, não desejava que a Sérvia se tornasse sua vizinha na outra margem do Adriático. Em julho de 1913, porém, quando o Império Austro-Húngaro se viu diante da necessidade de intervir militarmente em favor da Bulgária, por falta de apoio dos seus aliados, absteve-se de dar o passo fatal. Foi a última ocasião em que a Alemanha e a

Grã-Bretanha, desempenhando o papel de intermediários, seguraram juntos o fiel na balança em favor do equilíbrio.

Mais uma vez, foi salva a paz. Mas já se apoderara dos grandes Estados europeus a convicção de que só haviam tido um quarto de hora de graça: a grande guerra parecia inevitável. Não faltou, ao contrário, intensificou-se a disposição de enfrentar a tempestade mais cedo do que tarde, e mesmo de provocar o seu desfecho tão rapidamente quando possível, ao invés de esperá-lo num pesado clima de incerteza. Era até previsível que a fúria partisse dos Balcãs e de lá cobrisse de chamas toda a Europa.

A fúria começou a arder, a 28 de junho de 1914, em Serajevo.

A Rússia dos Czares entrou na Primeira Guerra Mundial com objetivos de expansão claramente definidos, os quais deveriam ser realizados em detrimento do Império Otomano e do Império Austro-Húngaro. Pretendia estender suas fronteiras, incluindo nelas a Armênia e o Kurdistão turcos; bem como partes da Anatólia e da Turquia européia, com a Constantinopla e os Estreitos. O Grande Desígnio dos czares, no que diz respeito à Europa Central emerge dos acordos interaliados estabelecidos durante essa guerra, e das declarações dos líderes russos e checos: as fronteiras da Polônia russa deviam ser estendidas no rumo oeste até Stettim, incorporando ao Império Russo as províncias polonesas da Alemanha; as províncias do Nordeste da Hungria deviam ser cedidas à Rússia, assim como a Sérvia Maior e a Romênia Maior deviam receber territórios adicionais, tirados da Hungria, ficando este país com um pequeno território, dividido ao meio entre a Sérvia, a Romênia e o reino dos checos, governado por um príncipe russo. A acumulação de terri-

tórios anexados, protetorados, alianças e filiações pan-eslavas teria estendido a influência russa até o rio Oder, aos Alpes e aos mares Adriático e Egeu.

Esses planos do Grande Desígnio russo só foram temporariamente suspensos mas não definitivamente frustrados, pelo desfecho da Primeira Guerra Mundial. O Império Russo foi transitariamente abalado pela sua "questão social". O Império Austro-Húngaro, porém, saiu, definitivamente arruinado ante o choque da sua "questão nacional" e da guerra perdida. Mas o fracassamento do Império multinacional em numerosos pequenos Estados, não menos multinacionais, criou aquele vácuo de poder do qual a Rússia soube sempre aproveitar-se com maestria, quando criado nas suas fronteiras. Afinal, 25 anos quase nada representam na história de um imperialismo de meio milênio. Na Segunda Guerra Mundial, a resposta da Rússia à agressão, desta vez originada da Alemanha, por via de seus satélites, estados sucessores do Império Austro-Húngaro, foi exatamente aquela que, durante toda a sua história, deu às agressões externas, ou seja, a incorporação pura e simples dos países dos quais partiu a invasão de seu território. O projeto dos czares relativos à Europa Oriental e Central, purificado dos preconceitos dinásticos e sociais do czarismo, tomou forma de sistema de territórios anexados, de zonas de ocupação, de regimes amigos e filiações ideológicas, que constituem a zona de influência russo-soviética na Europa. Somente nos estreitos é que o governo soviético falhou, não alcançando os objetivos concebidos pelos seus antepassados czaristas. Mas, diante dessa dinâmica retilínea e praticamente ininterrupta de expansão, ninguém pode duvidar — e a atual crise no Oriente Médio aí está pa-

ra confirmar a previsão — de que, suspenso temporariamente o avanço russo rumo à Europa Ocidental, ele retomará seu impulso em direção ao Golfo Pérsico e aos mares meridionais da Ásia.

Após a Segunda Guerra Mundial apressou-se o ritmo da História. Tomou novo impulso o expansionismo russo, agora já sob a égide não da legitimidade ortodoxa, mas, sim, da revolucionarização mundial. Sua força motriz permaneceu, como era sempre, a irresistível vontade de preencher os vácuos de poder que se criaram no mundo em consequência do colapso do *Reich* de Hitler e dos impérios coloniais ocidentais, tanto na Europa como nos continentes periféricos.

Acontece que, no fim da Segunda Guerra Mundial, a URSS anexou os três países bálticos, transferiu a Polônia do Leste para Oeste, dividiu a Alemanha em dois corpos políticos, tornando a oriental seu satélite como a Checoslováquia (onde executou o segundo golpe de Praga, a 25 de fevereiro de 1948, seguido pelo terceiro a 20 de agosto de 1968), a Hungria (reinvadida em 1956), a Romênia e a Bulgária. A Iugoslávia se libertou do jugo russo em 1948. Todavia, resta saber o que vai acontecer naquele país, com o desaparecimento do marechal Tito.

Em 1946, os russos tentaram apoderar-se da Turquia e da Grécia; em 1948 impuseram um bloqueio a Berlim Ocidental; em 1961, levantaram o "muro da vergonha" que divide a antiga capital do *Reich*; no início da década de 60 satelitizaram a Cuba castrista e empreenderam duas tentativas em 1962, em 1968 e outra agora em 1979 (esta, afinal, coroada de êxito) para colocar armas e tropas na Ilha do Caribe. Na década de 60, os russos deram poderoso

apoio à comunização e à sovietação da Indochina (Vietnã, Laos, Cambodja), cujos processos em 1974 praticamente terminaram.

A década de 70 não foi menos rica em agressões expansionistas russas executadas pelos seus *gurkas* cubanos e alemães-orientais, sob sua fiscalização e ajuda. Em 1973, os russos, tendo conhecimento de um iminente ataque dos árabes contra Israel, deixaram de informar os Estados Unidos a respeito e, depois obstruíram por todos os meios os esforços norte-americanos para conseguir um cessar-fogo. Em 1975 e 1976, os soviéticos intervieram na guerra civil de Angola, transportando e abastecendo um exército cubano que executou com eficiência a tarefa de transformar Angola num país comunista. Em 1977-78, a Rússia interveio na Etiópia por meio, novamente, de tropas cubanas e, em 1979, "conselheiros" soviéticos e forças cubanas, sustentadas pelos soviéticos, treinaram as forças do Iêmen do Sul

(seu satélite na fronteira da Arábia Saudita) que invadiram o Iêmen do Norte. Nos últimos anos, os russos executaram três golpes comunistas no Afeganistão. Após os dois primeiros enviaram àquele país alguns milhares de "conselheiros", e, por ocasião do terceiro, resolveram ocupar de vez o Afeganistão, com um exército de 80 mil soldados.

Os russos chegam agora às fronteiras do Irã. O controle do Golfo Pérsico e das suas rotas marítimas é a chave da hegemonia mundial — pelo menos foi isso que os russos retiveram do testamento político do czar Pedro, o Grande (1721). É desnecessário salientar a validade de tal afirmação na época da civilização industrial, cujo elemento vital é o petróleo. Não foi por acaso que os russos tentaram inúmeras vezes, desde o início do século XVIII, apoderar-se da Pérsia. Este é o prêmio da gigantesca contenda que agora se inicia.

(Transcrito de "O Estado", de São Paulo)

O Professor Nicholas Boer é sociólogo e analista político. Entre seus livros publicados, o mais recente é "Militarismo e Clericalismo em Mudança" (F. A. Queiroz Editor Ltda., São Paulo, 1980, 440 págs.).